

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/rcufba.v15i0.54207>

A REELEIÇÃO E A EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

*Reelection and the Efficiency of Brazilian Municipalities From the Perspective of Public Choice
Theory*

Lindomar Silva

Unifacs

lindomarps@ufba.br

Carlos Costa

Unifacs

carlooseduardojc@gmail.com

Miguel Rivera Castro

Unifacs

marcastro@uefs.br

Edmar Araujo

Unifacs

edmardearaujo1@hotmail.com

RESUMO

Este artigo avaliou a relação entre a reeleição e eficiência municipal, no período de 2006 a 2015. A pesquisa possui natureza quantitativa utilizando regressão de dados em painel. Para isto, dois modelos estatísticos foram utilizados: um que compara a eficiência entre o grupo de prefeitos reeleitos com o grupo de prefeitos em primeiro mandato e um segundo modelo que avaliou a eficiência no ano eleitoral e no ano seguinte à eleição. O referencial teórico utilizado foi a teoria da escolha pública, especialmente no que se refere aos ciclos políticos. Os dados indicaram que, a princípio, há uma diferença entre os desempenhos de prefeitos reeleitos e aqueles em primeiro mandato, o que sinaliza que a continuação do mandato seria benéfica para a sociedade, porém, por outro lado, a diferença entre os dois grupos é muito pequena, o que acaba por minimizar a relevância de um segundo mandato para o cargo de prefeitos. Além disso, confirma-se um pressuposto da teoria dos ciclos políticos, no qual o desempenho dos gestores no período anterior à eleição é melhor do que o desempenho no ano seguinte à sua reeleição, o que indica o caráter oportunista dos discursos sobre os benefícios da reeleição.

Palavras-chave: Reeleição. Município. IFGF. Eficiência. Teoria da Escolha Pública.

ABSTRACT

This article evaluated the relationship between re-election and municipal efficiency, from 2006 to 2015. The research is quantitative in nature using panel data regression. For this, two statistical models were used: one that compares the efficiency between the group of re-elected mayors with the group of mayors in the first term and a second model that evaluated the efficiency in the electoral year and in the year following the election. The theoretical framework used was the theory of public choice, especially with regard to political cycles. The data indicated that, in principle, there is a difference between the performances of re-elected mayors and those in the first term, which indicates that the continuation of the term would be beneficial to society, however, on the other hand, the difference between the two groups is very small, which ends up minimizing the relevance of a second term for mayors. In addition, an assumption of the theory of political cycles is confirmed, in which the performance of managers in the period prior to the election is better than the performance in the year following their re-election, which indicates the opportunistic nature of discourses on the benefits of re-election.

Keywords: *Reelection. County. IFGF. Efficiency. Public Choice Theory*

1. INTRODUÇÃO

A reeleição é a possibilidade de eleição de um político para um novo mandato para ocupar o mesmo cargo que já ocupa por um mandato consecutivo (Brasil, 1997). Este tema tem sido tratado pelos partidos políticos como algo benéfico, visto permitir a continuidade de projetos, uma vez que o período de um mandato é curto para realizar projetos mais amplos. Este foi o principal argumento para a aprovação da Emenda Constitucional nº 16 de 04 de junho de 1997 (Meneguim & Bugarin, 2001; Cavalcanti, 2016). Entretanto, para Cavalcante (2016), ainda predomina o debate sobre manutenção, a extinção e os reais efeitos da reeleição na gestão pública. Ancorado nessa percepção, este artigo utiliza o arcabouço teórico da teoria da escolha pública (Buchanan, 1986; Tullock, 2005) e dos ciclos políticos (Nordhaus, 1975) para refletir sobre este tema.

Para Buchanan (1986), os agentes políticos atuam como se a política fosse um mercado similar ao mercado econômico, em que a intenção do político seria a compra de maior quantidade de votos disponíveis para sua eleição. Assim, a busca pela reeleição estaria mais associada à tentativa de manutenção do poder político e menos ao discurso de melhoria das condições da população. Por sua vez, para a teoria dos ciclos políticos, os gestores atuam na melhoria do desempenho de sua gestão em períodos anteriores à eleição, visando convencer o eleitor de que merecem continuar conduzindo a gestão daquele ente federativo (Nordhaus, 1975), notadamente no primeiro mandato, quando executa ações com vistas a reeleger-se, adotando comportamentos que maximizem os seus resultados (Nakaguma & Bender, 2006).

No que tange à reeleição, estudos têm explorado sua relação com outras variáveis associadas à gestão municipal como os realizados por Mendes e Rocha (2004), Silva e Braga (2013) e Cavalcante (2016). Cavalcante (2016, p. 308), por exemplo, reforça a carência de fundamentos empíricos na discussão do processo de reeleição e sobre o comportamento dos gestores públicos. Adicionalmente, não foi identificado o uso da teoria da escolha pública e dos ciclos políticos como teorias de base para se analisar comportamentos dos agentes políticos. Diante disso, tem-se como objetivo desta pesquisa identificar a relação entre a reeleição de prefeitos e a eficiência municipal, medida pelo índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) no período 2006 a 2015. Para alcançar este objetivo, utilizou-se a abordagem quantitativa, através de regressão de dados em painel. Por sua vez, este artigo está estruturado da seguinte forma:

inicia com esta introdução, seguida do referencial teórico que discute teoria da escolha pública e os ciclos políticos. Em seguida apresenta a metodologia seguida da apresentação e discussão dos dados. Após isto, são apresentadas as considerações finais.

2. REELEIÇÃO E TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA E DOS CICLOS POLÍTICOS

O processo de reeleição no Brasil foi formalizado pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997, a partir da qual o candidato passou a ter o direito de exercer dois mandatos consecutivos. Assim, no ano 2000, devido à instituição da emenda, obteve-se um alto índice de reeleição municipal, tanto em âmbito nacional como estadual. Desde sua aprovação, realizaram-se 10 eleições (cinco nacionais e cinco locais). Aqueles que são favoráveis à reeleição, centram seus argumentos na concepção de que, um único mandato não é suficiente para realizações do governo, estimulando a descontinuidade da administração e desprezando a experiência acumulada pelo chefe do executivo. Já os que são contrários apontam a alternância do poder como benéfica (Barreto, 1998; Hamilton, 1993; Menegun & Bugarin, 2005).

Sendo assim, estes ciclos eleitorais, apesar de expor, periodicamente, a gestão pública dos governos municipais, estaduais e federal à discussão por toda sociedade, também requer especial atenção quanto às decisões tomadas por estes governantes de modo a induzir a permanência no poder (Guimarães, 2015). Para Brambor e Ceneviva (2012) e Barreto (1998), a reeleição deve funcionar como um instrumento de responsabilização eleitoral, de *accountability* dos governantes, ou seja, a partir da avaliação retrospectiva da administração, o eleitor decide se o governante deve permanecer no cargo por mais quatro anos.

Pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) constatou que nos anos de 2000 e 2004 a taxa de sucesso dos candidatos à reeleição foi de 58,2%; no ano de 2008, a taxa teve um pico, chegando a 65,9%, em 2012 essa taxa caiu para 55% caindo para 48% registrados em 2016, última eleição. Sendo o sucesso da reeleição ocorrido em 2008, conforme Bugarelli (2016), fruto do crescimento recorde da arrecadação municipal no Brasil e não de uma mudança de comportamento dos eleitores. A partir desse contexto, os argumentos sobre a reeleição dão conta de que prefeitos reeleitos, em função de sua experiência acumulada, possuem mais chances de apresentar níveis de eficiência maiores do que prefeitos em primeiro mandato.

Por sua vez, é importante registrar que administração pública deve atender às demandas sociais com uso eficiente de recursos e transparência, permitindo aos cidadãos acesso à informação sobre os impactos das políticas, orçamentos, déficits e superávits públicos na sobre suas vidas (Castelli & Santos, 2004; Motta, 2013). Para Berwig e Jalil (2007), são contínuas as críticas sobre a forma como a gestão pública desenvolve suas atividades em relação à ineficiência e ao descaso com que são conduzidos os serviços prestados pelo setor público, o qual tem o objetivo primordial de satisfazer o interesse coletivo. Complementarmente, Pascarelli Filho (2011) e Silva (2007) sugerem ser necessário reavaliar a gestão pública considerando-se que a eficiência consiste na organização racional dos meios e recursos humanos, materiais e institucionais para a prestação de serviços públicos de qualidade em condições econômicas de igualdade dos consumidores.

É possível verificar que esta busca pela eficiência na administração pública possui alguns momentos e instrumentos importantes. Entre estes a Constituição Federal (CF) de 1988, a Reforma Gerencial (Pdrae, 1995), a Lei de Responsabilidade Fiscal e o programa Gespública de 2005. Certamente há outras ações e momentos nos quais a preocupação com a eficiência no serviço público foi manifestada como é o caso do aumento da discussão sobre governança pública, *Accountability* e controle social. No que se refere à CF, Berwig e Jalil (2007), Gonçalves (2012) e Souza et al.(2013) consideram que houve a explicitação do princípio da

eficiência, a qual passa a se constituir em direito subjetivo público do cidadão, tornando-se uma arma da sociedade no combate a má gestão, através de mais controle e responsabilização dos gestores, transparência, eficiência na alocação de recursos e otimização na gestão de custos.

Dentre as várias maneiras de medir a eficiência na gestão pública, cita-se o Índice Firjan de gestão Fiscal (IFGF), que é o indicador utilizado neste estudo. Este índice avalia como os tributos pagos são administrados pelas prefeituras, sendo um indicador da eficiência da gestão pública municipal, por contemplar um amplo rol de indicadores sociais que ajudam não somente a caracterizar municípios e regiões, como a medir a sua eficiência (Firjan, 2018). Ainda segundo Souza (2013), esse índice varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em tela.

2.1 Teoria dos Ciclos Político-Econômicos

Downs (1957) elaborou um dos primeiros trabalhos que analisou as relações entre governos e suas escolhas e a política econômica, denominada de Teoria dos Ciclos Políticos. Nesta, o indivíduo seria o “*homo politicus*”, um cidadão racional capaz de indicar e ranquear preferências entre candidatos. Por outro lado, do ponto de vista do político, a hipótese fundamental é a de que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (Downs, 1999, p. 50). Estudos baseados nessa vertente demonstram que políticos recriam e manipulam artifícios econômicos durante as eleições visando, com isso, conseguir benefícios no processo eleitoral.

Por sua vez, Sakurai e Gremaud (2007) e Gonçalves et al. (2017) concordam que os ciclos políticos são definidos como a influência de fatos políticos no comportamento econômico. Segundo eles, esses ciclos podem gerar os chamados “ciclos eleitorais”, que afetariam a economia no período eleitoral e os ciclos partidários, que influenciaram a economia devido à postura ideológica dos partidos políticos. Segundo demonstrado por Nakaguma e Bender (2006) essa teoria ganha força na década de 1970, com os estudos de Nordhaus (1975), passando a ser conhecida como a teoria dos ciclos políticos ou *Political Business Cycle*. Tais estudos são aprofundados por Lindbeck (1976) e MacRae (1977) ao apresentarem duas proposições: (1) eleitorado é “míope” e decide com base em expectativas adaptativas; e (2), os políticos são oportunistas e buscam maximizar votos.

Sobre a política oportunista de maximizar votos, Nordhaus (1975) identificou que os governantes interferem na economia para reduzir o desemprego às vésperas das eleições e corrigem medidas econômicas com o intuito de obtenção de fins privados com a sua perpetuação no poder. Partem assim, da premissa que agentes públicos promovem mudanças visíveis na economia local que influenciem diretamente na tomada de decisão favorável pelos eleitores. Para a teoria dos ciclos político-econômicos, os eleitores representativos fazem suas escolhas baseados em variáveis macroeconômicas. Ou seja, em anos eleitorais, o governante pode aumentar a oferta de moeda, para aumentar a produção, diminuir o desemprego, obtendo melhor resultado nas urnas. No período posterior às eleições, o governante reverteria essa dinâmica, via contração monetária, visando diminuir as expectativas inflacionárias e, assim, permitir nova manipulação oportunista no período eleitoral seguinte.

Conforme Sakurai e Gremaud (2007), a influência de fatores políticos na economia impacta nos indicadores econômicos das decisões tomadas tendo em vista o calendário eleitoral e a ideologia partidária, respectivamente. Videira e Mattos (2011) e Gonçalves et al. (2017) sinalizam que a elevação nos investimentos em educação e saúde, em anos eleitorais, pode ter como objetivo mostrar ao eleitor a competência do gestor, aumentando as chances de se eleger.

Em suma, para esses autores, os políticos são motivados pelo calendário eleitoral. Assim, para se manter no poder, manipulam as políticas com o intuito de aumentar suas chances de reeleição. Desta forma, conhecendo estes ciclos, governantes podem planejar suas decisões

em políticas públicas levando em conta o calendário eleitoral, para obter melhor avaliação dos eleitores definindo seus votos (Klein, 2010; Klein & Sakurai, 2015).

Nesse contexto, Downs (1999) afirma que esses indivíduos estão alinhados em objetivos partidários e o que os motiva são os cargos públicos que atendam aos seus interesses particulares, ou seja, confunde-se o interesse público com o privado. Sob tal ótica, como argumentam Meneguín e Bugarin (2001), os governantes adotariam comportamentos oportunistas, manipulando as condições socioeconômicas municipais em troca de votos.

Sendo assim, os resultados das pesquisas de Nakaguma e Bender (2006) e Meneguín e Bugarin (2001), convergem para a teoria dos ciclos-econômicos, quando assumem a existência de uma estratégia político-econômica objetivando sucesso eleitoral. Apesar disso Nakaguma e Bender (2006) identificaram que a amplitude dos ciclos políticos tem diminuído ao longo do tempo, fato que pode ser atribuído ao amadurecimento do eleitorado, que vai adquirindo experiência ao longo dos sucessivos processos eleitorais no país.

2.2 Teoria Da Escolha Pública e implicações nas reeleições

Buchanan e Tullock (1999) e Downs (1957) apontam a relevância da análise dos sistemas políticos, especialmente em regimes democráticos, permitindo assim, uma observação crítica dos mecanismos de tomada de decisões e a análise dos agentes que compõem a política, tornado-se a base da Teoria da Escolha Pública (TEP). Essa teoria propõe um olhar para diversos aspectos da política, tais como: troca de apoio político – *logrolling*; estudo de grupos de interesse, interesses e motivações dos “burocratas”; *rent-seeking* – tarifas de produtos e monopólios, voto, reeleições, entre outras. Para tal, utiliza-se de ferramentas da economia para demonstrar de que forma agem os agentes políticos que buscam maximizar seus interesses, com uma análise do comportamento do governo e, em particular, do comportamento dos indivíduos com relação ao governo (Tullock, 2005). Deste modo, por observar comportamento individualista dos agentes políticos, é vista como a “política sem romance”, afastando a imagem de que os agentes políticos buscam sempre o bem da coletividade (Buchanan, 2013).

Por sua vez, Jiménez (2008) desenvolve uma abordagem baseada nas escolhas que as pessoas e os governos fazem no “mercado político” e os caracteriza em três grupos principais: (1) Eleitores: contribuintes e beneficiários do serviço público; (2) Políticos: dependem de agradar seus eleitores e seu partido e (3) Burocratas que são funcionários do governo que tendem a controlar direta ou indiretamente os detalhes das operações do governo.

Um dos seus pressupostos é que as pessoas, na política, agem como em qualquer área de atividade humana, motivadas principalmente pelo auto interesse. Por isso, Cruz (2002) reforça que as “pessoas são pessoas”, sendo sujeitas às mesmas motivações, tanto na vida pública quanto na vida privada. Por isso, a TEP ancora-se em três fundamentos: o individualismo metodológico, o *homo economicus* como postulado do comportamento individual e a economia como a ciência de trocas (Jiménez, 2008; Pereira, 1997).

Sobre o sentido deste individualismo, Buchanan e Tullock (1999) demonstram que não se trata de um valor humano (egoísmo), mas um método analítico que parte da premissa que é o indivíduo quem se depara com alternativas e faz escolhas. Tanto os agentes econômicos quanto os agentes públicos realizam fins privados e entre seus fins está a perseguição de rendas dentro da sociedade (Buchanan & Tullock, 1962). Buchanan (1986), acerca do postulado do *homo economicus*, mostra que a TEP busca entender como utilizar o método econômico para analisar problemas estudados na ciência política (grupos de interesse, sistemas eleitorais, partidos políticos, a constituição etc). Para esse autor, este postulado baseia-se na concepção de que o homem se comporta como um indivíduo egoísta, racional e maximizador. O último fundamento da TEP caracteriza a política como um mercado, onde trocam-se itens buscando-se maximizar a satisfação de interesses pessoais.

Nesta linha, Dias (2009) afirma que o político, principalmente em períodos de campanha, tem o costume de prometer benefícios para conquistar votos dos eleitores, desconsiderando, muitas vezes, os limites impostos pela escassez dos recursos produtivos. Silva (1996) acrescenta que, dentre os interesses dos políticos, destacam-se: popularidade, maior orçamento para as áreas que sejam de seu interesse e perpetuidade no poder. Em síntese, a TEP não se preocupa apenas com a racionalidade dos agentes, mas sim, com o que leva a determinada ação, quais as restrições que interferem, qual a importância do quadro institucional e do ambiente nas decisões dos agentes e em verificar se as escolhas governamentais refletem as escolhas dos cidadãos e o desenvolvimento do que é público (Cherrier & Fleury, 2017). Logo, os agentes públicos eleitos, manifestam o poder de decisão por meio de uma luta competitiva pelo voto popular, atuando com vistas a satisfazer as demandas da maioria votante com a intenção de obter apoio popular, base da manutenção do poder em democracias (Húgaro, 2017). Isto ocorre, por exemplo, na disputa nos legislativos por aprovação de emendas parlamentares.

Sobre a questão das competições por emendas, Mueller e Pereira (2002) afirmam que, quanto maior o número de emendas individuais executadas, maior é a chance de reeleição, por isso, a troca de favores entre Executivo e lideranças partidárias, troca esta denominada na TEP de *logrolling*. Mueller e Pereira (2002) afirmam que o Executivo recompensa, com projetos individuais, os parlamentares que votam a favor do orçamento por ele proposto, enquanto os parlamentares usam esta verba em projetos individuais, visando obter sua reeleição.

Outro ponto de vista utilizado pela TEP é que os eleitores não possuem a compreensão completa das ações e razões dos políticos e com isso acabariam sendo influenciados por grupos de interesse. Para Buchanan e Tullock (1962), a influência de grupos de interesses no processo político democrático, passou a ser aceita como crescente e que esses grupos surgem porque há vantagens a serem adquiridas através do processo político. E é neste aspecto que a reeleição ganha mais importância: manutenção no poder dos representantes destes grupos de interesse.

Também sobre isso, Buchanan e Tullock (1962) afirmam que as pessoas tendem a tomar decisões coletivas, organizando-se em grupos menores, tendendo a ganhos compartilhados simetricamente. Assim, os eleitores escolhem candidatos e proposições que consideram mais adequadas aos seus interesses pessoais, baseando-se sua decisão em grupos de interesses, enquanto os políticos esforçam-se para melhorar suas próprias carreiras e buscam, prioritariamente, a eleição ou reeleição para o cargo (Tullock, 1996).

Sobre a reeleição, Downs (1957) propõe um modelo de análise que pressupõe que todo governo procura maximizar o apoio político. Para ele, um governo democrático onde há eleições periódicas, tem como objetivo principal, a continuidade no poder. Em cada eleição, o partido que recebe o maior número de votos controla todo o governo até as próximas eleições, sem quaisquer votações intermediárias. Assim, Downs (1957) afirma que os ocupantes do cargo sempre consideram a reeleição como um mandato para continuar políticas anteriores.

Na visão de Tullock et al (2005) e Downs (1957), os partidos não operam em um cenário de certezas, onde a preferência do eleitorado é conhecida. Por isso, a expertise de um partido em prever necessidades ou expectativa de benefícios dos indivíduos pode ser preponderante ao sucesso eleitoral. Sendo assim, para a TEP, há semelhanças entre a relação de políticos e eleitores e empresários e consumidores, uma vez que grupos políticos calculam sua atuação, visando se perpetuar no poder e aumentar seus lucros, todavia, empresários também atuam buscando maximizar suas vantagens, objetivando se garantir no mercado e lucrar mais. É possível que políticos visem ampliar suas chances de sucesso nas eleições, promovendo e prometendo mudanças que possam vir a causar uma sensação de benefícios à população.

Estes mecanismos são citados por Nakaguma e Bender (2006) como modelos de controle eleitoral, enfatizando a ideia de que as eleições são um instrumento disciplinador do comportamento dos governantes, pois, é através delas, que o eleitorado escolhe os políticos que

julga aptos a representá-los. Por outro lado, empresários e instituições, também podem estar interessados na manutenção do poder, promovendo um financiamento oportunista destas campanhas, angariando benefícios futuros nesta gestão.

A partir da análise de comportamento oportunista de Downs (1957) e Nakaguma e Bender (2006), em uma reeleição, considera-se que as decisões de um candidato podem não refletir necessidades sociais. Por sua vez, para a TEP, a simples alternância de poder não produz mudanças na política pública, pois o fato de se eleger novas pessoas não significa, necessariamente, um governo melhor. Ao adotar o pressuposto de que todos os eleitores, políticos e burocratas são mais motivados pelo auto interesse do que pelo interesse público.

3. METODOLOGIA

Este estudo tem natureza quantitativa, utilizando a regressão de dados em painel, visando explicar a eficiência dos prefeitos reeleitos no período 2006-2015. Os dados foram obtidos das seguintes fontes: dados de IFGF (FIRJAN), PIB e PIB per capita (IBGE), resultados das eleições (Repositório de Informações do TSE) e nota do ENEM (Ministério da Educação/INEP). Foram elaborados dois modelos estatísticos: O primeiro, que analisou o efeito da gestão dos prefeitos reeleitos sobre a variável dependente IFGF e o segundo, que analisou se há variação nos indicadores no período anterior ou posterior às eleições. Em ambos os modelos, os resultados serão confrontados com os pressupostos da teoria da escolha pública. Considera-se como variável dependente a ser explicada o IFGF Geral. O segundo modelo considera como variável dependente o ano que antecede as eleições e aquele que a procede, visando identificar se há diferença significativa entre a eficiência antes da eleição e posterior à ela.

Nesses modelos, a escolha do período de dados de 2006-2015 se dá, prioritariamente, pela ocorrência de duas eleições municipais e também pela disponibilidade dos dados de IFGF, disponíveis a partir de 2006. Utilizando o tempo (ano a ano) como dimensão que organiza todas as fontes estatísticas, optou-se pela organização dos dados de forma linear em painel. Segundo Hsiao (1986), esse modelo tem vantagens, tais como a possibilidade de controle da heterogeneidade presente nos indivíduos e a redução da colinearidade entre variáveis explicativas, o que aumenta o grau de liberdade. No quadro a seguir, apresenta-se a descrição resumo das variáveis, sua sigla, descrição e definição:

Quadro 1 - Variáveis do Modelo de Análise

Variáveis	Descrição	Definição da variável
Variável Dependente		
IFGF Geral	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal	IFGF examina de que forma os tributos pagos pelas sociedade são administrados pelas prefeituras
Variáveis Explicativas de Interesse		
R_Eleitoral	Resultado das Eleições	Se o candidato foi reeleito=1 ou não=0
LegendaPref	Sigla	Indicador descreve a sigla a qual pertence o prefeito eleito.
Coligação	Siglas	Composição da coligação que elegeu o prefeito dos municípios.
LegCandGov	Legenda do partido do Governador	Se o prefeito é da coligação do governador=1; se não=0
LegCandPres	Legenda do partido do Presidente da República	Se o prefeito é da coligação do presidente=1; se não=0
Pib do município	Indica o Produto Interno Bruto do município	
Pib per	produto interno bruto	

capita	dividido pela população do município	
Desempenho ENEM	nota média municipal obtida pelos alunos do ensino médio no exame nacional do ensino médio. Mede qualidade da educação	De 0 a 1000 pontos.
Variáveis de Controle		
Gênero	Indica o gênero do prefeito	Se mulher=0; se homem=1
Iidade_cod	Idade do prefeito	1 = Menor que 30 anos; 2 = Entre 31 e 40 anos; 3 = Entre 41 e 50 anos; 4 = Entre 51 e 60 anos; 5 = Entre 61 e 70 anos; 6 = Entre 71 e 80 anos; 7 = Entre 81 e 90 anos; 8 = Acima dos 91 anos
Escolaridade do prefeito	Indica a maior formação do prefeito	1 = Superior completo; superior incompleto 2 = Ensino médio completo; ensino médio incompleto 3 = Fundamental completo; fundamental incompleto; lê e escreve; analfabeto
Estad_Civ	Estado civil do prefeito	0=solteiro; 1= não solteiro
Reg	Região	Categorização do Município por região brasileira (NO, NE, CO, SE, Sul)
Munic	Município	Município a qual pertence.
UF	Unidade da Federação	Categorização por estado brasileiro
Ano	Ano	Ano da eleição
Variáveis Dummy 1º Modelo		
Dano	Dummy para ano	
Dreg	Dummy para Município que pertence à cada uma das regiões	
Variáveis Dummy 2º Modelo		
Ant_post	Dummy para ano anterior e posterior as Eleições	

Fonte: Elaboração própria

3.1 Modelo Estatístico

A análise de regressão é um procedimento estatístico, que permite analisar a relação entre a variável independente (explicativa) e a variável dependente (explicada). Se ambas as variáveis se movimentam na mesma direção em suas médias, então há uma relação positiva entre as variáveis; se, por outro lado, as variáveis movem-se em direções opostas, então há uma relação negativa. O modelo geral para a regressão de dados em painel é representado por:

$$y_{it} = \beta_{0it} + \beta_{1it}x_{1it} + \dots + \beta_{nit}x_{nit} + e_{it} \quad (1)$$

Onde i indica os municípios, t o período de tempo que está sendo analisado, β_{0it} o parâmetro do intercepto, β_1, \dots, β_n os coeficientes angulares correspondentes à n -ésima variável do modelo e x_1, \dots, x_n representam as variáveis independentes, incluindo as variáveis explicativas e de controle. No modelo geral apresentado na Equação 1, o intercepto e parâmetros-resposta, são diferentes para cada município e cada período de tempo. A partir do modelo geral apresentado nesta equação, pode-se optar pelo modelo de efeitos fixos ou aleatórios. O modelo de efeitos aleatórios considera que as variáveis explicativas, que não foram nele relacionadas e invariáveis no tempo, estão concentradas no erro, tornando o intercepto variável no tempo.

Mostrando-se mais adequado à pesquisa, o modelo de efeitos fixos procura controlar os efeitos das variáveis omitidas, que oscilam entre municípios e permanecem constantes ao longo do tempo. Para tanto, o modelo pressupõe que o intercepto (β_0) não varia ao longo do tempo, apenas de um município para outro. Além disso, os parâmetros-resposta são constantes para os

municípios, nos períodos de tempo. O modelo contempla as estimativas por mínimos quadrados ordinários. Elas são não tendenciosas e consistentes, já que o modelo pressupõe que os erros possuem distribuição normal, variância constante e não são correlacionados. De acordo com Hill, Judge e Griffiths (1999), o modelo apresenta:

$$\beta_{0it} = \beta_{0i}; \beta_{1it} = \beta_{1i} \dots \beta_{kit} = \beta_k \quad (2)$$

$$\text{e é dado por: } y_{it} = \alpha_i + \beta_1 x_{1it} + \dots + \beta_k x_{kit} + e_{it} \quad (3)$$

A parte constante α_i na Equação 3, é fixa ao longo do tempo e diferente para cada município, captando o efeito das diferenças invariantes no tempo. Os resultados esperados da regressão de dados em painel são as variáveis explicativas com estimadores significantes, diferentes de zero, identificando as variáveis que explicam o IFGF. Por fim, a expectativa com essa modelo é verificar se o município tem uma melhoria no indicador IFGF no mandato do prefeito reeleito. Se confirmado, a ideia e motivação original da ementa à reeleição estariam adequadas.

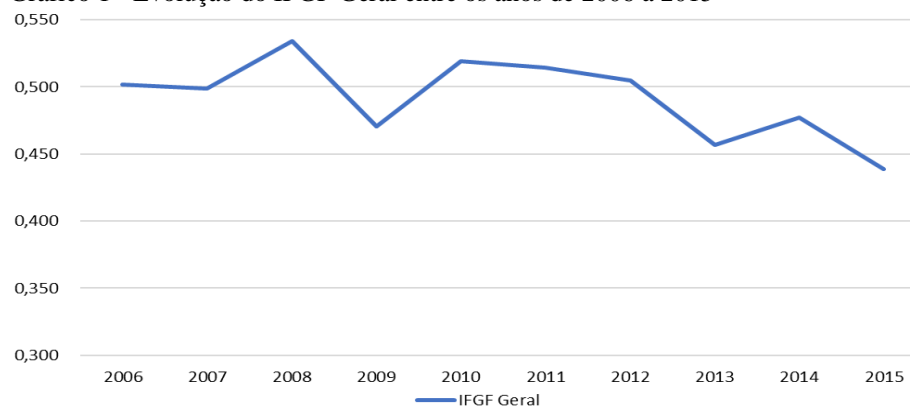
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Inicialmente, na variável de controle gênero dos candidatos, predominam os candidatos homens. As eleições de 2008 e 2012 compreendiam 29.854 candidaturas a prefeito no total, sendo 26.159 de homens e 3.695 de mulheres. Já no desempenho eleitoral, do total de 11.330 candidatos eleitos, 10.131 eram homens e 1.199 mulheres. No tocante aos anos das eleições, apenas 9% e 12% eleitos eram mulheres, em 2008 e 2012, respectivamente. Já na reeleição, teve-se apenas 7% e 8% de mulheres nos mesmos anos.

Em relação à legenda dos prefeitos eleitos, em 2008 e 2012, 20% possuíam a mesma legenda dos governadores estaduais, ou seja, a maior parte deles não pertence ao partido dos governadores. Já 11% pertencem ao mesmo partido do Presidente da República e 3% a ambos os partidos, ou seja, eram do mesmo partido do governador do Presidente. Por outro lado, dos 4.271 prefeitos reeleitos, 22% eram dos mesmos partidos do governador, 9% do partido do Presidente da República e 2% possuíam os mesmos partidos do governador e do presidente.

O gráfico 1 apresenta a média dos IFGFs ao longo dos anos analisados neste trabalho.

Gráfico 1 - Evolução do IFGF Geral entre os anos de 2006 a 2015



Fonte: Elaboração própria – a partir da base de dados

É importante registrar que o sistema FIRJAN classifica as notas IFGF em 4 categorias que são: Classe A – Gestão e excelência, municípios que pontuam acima de 0,8; Classe B – Boa Gestão, municípios que pontuam entre 0,6 e 0,8; Classe C – Gestão em Dificuldade,

municípios que pontuam entre 0,4 e 0,6 pontos e a Classe D, municípios em que seu resultado fica abaixo dos 0,4 pontos. Na análise do gráfico, percebe-se que no período analisado, os municípios brasileiros apresentam índice de eficiência dentro da classificação “gestão em Dificuldades”.

4.1 Resultados das Regressões

A tabela a seguir apresenta o resultado das regressões dos modelos 1 e 2
Tabela 1 – Resultados das regressões

Variável Dependente: IFGF_G	Modelo 1					Modelo 2				
	coef.	Coef. Est. Err.	R ²	> t	significativo	coef.	Coef. Est. Err.	R ²	> t	significativo
_a eleito	0111862	0019026	.88	.000						
ost ant_p						.0563246	0025654	21.96	.000	
_leleit o_a_1						.163187	0026342	.19	.000	
c pib_p	.35e-09	.14e-09	.53	.250		.39e-07	.62e-07	.33	.001	
lnpop	.0005688	0013006	0.44	.620		.0029272	02922	0.1	.920	
media enem	0000203	0000126	.61	.070		.09e-06	0000193	.21	.832	
e_cod_2 _Idad	0106668	0136726	.78	.350		.0108938	020593	0.53	.597	
e_cod_3 _Idad	010246	0131634	.78	.360		.0077482	0197654	0.39	.695	
e_cod_4 _Idad	0070247	013109	.54	.920		.0101522	0197886	0.51	.608	
e_cod_5 _Idad	0067272	0131954	.51	.100		.0076124	019896	0.38	.702	
e_cod_6 _Idad	0022163	0136011	.16	.710		.0191957	0204395	0.94	.348	
e_cod_7 _Idad	0080396	0160462	.50	.160		.0201759	0250406	0.81	.420	
e_cod_8 _Idad	0118425	0217541	.54	.860		.049689	0204641	.24	.808	
_Iano_2007	(omitted)		.00	.000						
_Iano_2008	101926	0026019	9.17	.000						
_Iano_2009	0383725	0023139	6.58	.000		.225389	0027752	.12	.000	
_Iano_2010	0783016	0022706	4.49	.000						
_Iano_2011	0753596	0023347	2.28	.000		(omitted)				
_Iano_2012	067516	0023396	8.86	.000						
_Iano_2013	0190112	0020321	.36	.000		(omitted)				
_Iano_2014	042926	0016714	5.68	.000						
_Iano_2015	(omitted)		.00	.000						
_Ireg_2	0642378	0214429	.00	.003		.833937	0263886	.16	.002	
_Ireg_3	042702	0215095	.99	.047		.559972	0253199	.21	.027	

4	_Ireg_	0492012	0217998	.26	.240		.0	448058	0256665	.75	.081
5	_Ireg_	0593604	0228669	.60	.090		.0	617369	0307506	.01	.045
	Ise										
	part_g_1	0001729	0023156	.07	.400		.0002682		0036268	0.07	.941
	Ise										
	part_p_1	.0055479	0038782	1.43	.530		.0120503		0056089	2.15	.032
	Ise										
	part_pa1	0006724	0057514	.12	.070		.0	124566	0103979	.2	.231
	_Icod										
	_prof_1	.0016564	0046946	0.35	.240		.0	024895	0062551	.4	.691
	_Icod										
	_prof_2	0005021	0045796	.11	.130		.0	045217	0059303	.76	.446
	_Icod										
	_prof_3	.0003196	0082544	0.04	.690		.0	106564	011699	.91	.362
	_Icod										
	_prof_4	.0056761	0153651	0.37	.120		.0	147818	0205307	.72	.472
	_Icod										
	_prof_5	.0154895	0098849	1.57	.170		.0105057		0142664	0.74	.462
	_Icod										
	_prof_6	.0053277	0055791	0.95	.400		.0029771		0075101	0.4	.692
	_Icod										
	_prof_7	.0013856	0141193	0.10	.220		.0	047902	0195499	.25	.806
	_Icod										
	_prof_8	0 (omitted)		.00	.000		0 (omitted)				
	_Iesco										
	l_1	0030354	0036556	.83	.060		.0016979		005048	0.34	.737
	_Iesco										
	l_2	.0002951	0035514	0.08	.340		.0076408		0050108	1.52	.127
	_Iesco										
	l_3	0 (omitted)		.00	.000		0 (omitted)				
	_Isex										
	o_1	0066851	0037945	.76	.780		.0	034744	0055499	.63	.531
	Iest										
	civ_1	0090699	0036442	.49	.130		.0020941		0051648	0.41	.685
	_cons	3637135	0269966	3.47	.000		.4	843927	2823396	.72	.086

Fonte: dados da pesquisa

Verificou-se que a variável prefeito eleito anteriormente - eleito_a, ou reeleito, é significativa e positiva, indicando que os municípios cujo prefeitos estão em segundo mandato tendem a apresentar níveis melhores de eficiência municipal do que aqueles eleitos em primeiro mandato. A variável PIB per capita não apresentou resultado significativo, no modelo 1, enquanto foi significativa no modelo 2. Esta é uma relação que merece aprofundamentos, tendo em vista a imprecisão dos resultados, tanto neste, como em outros estudos, que sinalizam não haver relação direta e concreta entre PIB e desenvolvimento ou eficiência municipal (Faria et al., 2008; Coelho et al., 2015).

A variável população também não se mostrou significativa nos dois modelos. Esperava-se que cidades com mais habitantes, apesar de potencialmente terem mais recursos, tivessem também, mais demandas sobre a gestão pública o que, em tese, poderia ter efeito negativo sobre a eficiência. Entretanto, o resultado não confirmou esta suspeita. A variável ENEM também não se mostrou significativa em nenhum dos modelos. Poder-se-ia esperar também que municípios onde alunos têm melhores desempenhos tivessem melhores níveis de eficiência. A variável região se mostrou significativa nos dois modelos, exceção para a região Sudeste, no modelo 2, indicando que aspectos ligados às regiões podem interferir na eficiência municipal. Por ser variável de controle, estudos futuros poderão aprofundar os efeitos e características das regiões que afetam a eficiência nos municípios.

As variáveis pertencer à legenda do governador, presidente e a ambas as legendas

também não se mostraram significativas. Uma afirmação muito divulgada pelos partidos políticos é a de que se os candidatos forem do partido do presidente, ou do governador, têm uma gestão mais eficiente e conseguem trazer mais benefícios à população, por conta da maior liberação de recursos. Neste modelo de regressão, tal afirmação não é totalmente comprovada em ambos os modelos, exceção para o modelo 2, no qual pertencer à legenda do presidente tem efeito ainda pior pois tem efeito negativo. As variáveis profissão do prefeito, nível de escolaridade, gênero e idade não se mostraram significativas. A variável estado civil se mostrou significativa para o candidato não solteiro no modelo 1, indicando que prefeitos reeleitos não casados têm melhor desempenho na eficiência de seus municípios.

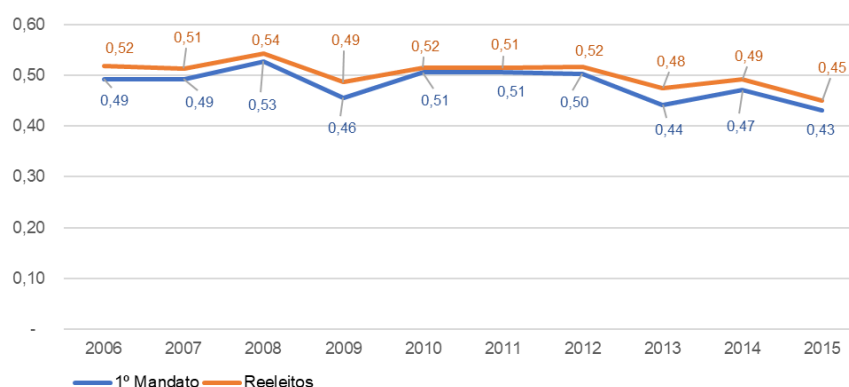
4.2 Discussões dos Resultados

Os dados apresentados e os resultados das regressões revelam influências importantes da relação entre eficiência municipal e prefeitos em segundo mandato, da mesma forma que demonstram que prefeitos reeleitos tendem a apresentar resultados melhores em sua gestão, no último ano de sua gestão, e piores no ano seguinte à sua eleição. Nos dois modelos aqui analisados, a reeleição mostrou-se positivamente associada à eficiência municipal, sugerindo que os prefeitos que estão em seu segundo mandato apresentaram desempenho em eficiência melhor que seus pares em primeiro mandato. Do ponto de vista da Teoria da Escolha Pública, poder-se-ia esperar o resultado da variável reeleição fosse negativo ou nulo, já que a ideia de continuidade da gestão se configuraria como apenas um discurso para manipular os eleitores (Buchanan & Tullock, 1962; Downs, 1957; Tullock, 2005; Buchanan, 2013), e menos como estratégia de melhoria das condições de vida da população pela continuidade de um projeto de gestão, iniciado no primeiro mandato do prefeito.

Contudo os resultados deste estudo acabam reforçando o argumento dos defensores da reeleição, pois os prefeitos em segundo mandato apresentam resultados melhores do que aqueles em primeiro mandato. Tais achados reforçam a concepção de Alston, Melo e Mueller (2016), Maneguín e Bugarin (2001) e Cavalvante (2016) que identificaram que o discurso de que um único mandato é muito curto para realizar grandes projetos de governo e da melhoria dos benefícios à sociedade serviram para justificar a aprovação da emenda da reeleição.

Na linha de indicar que prefeitos em segundo mandato possuem desempenhos melhores do que os seus pares em primeiro mandato, o gráfico 1 apresenta as curvas de IFGF para o período 2006-2015 de ambos os grupos (prefeitos em primeiro mandato e reeleitos). A média do IFGF nos anos desse período dos prefeitos reeleitos é 0,50, enquanto que para não reeleitos, a média do IFGF é 0,48. Isso pode indicar que de fato prefeitos em segundo mandato têm desempenho melhor do que aqueles em primeiro mandato, o que reforçaria os argumentos dos defensores da reeleição.

Gráfico 2 - Evolução do IFGF Geral: 1º Mandato e Reeletos



Fonte: Elaboração própria – a partir da base de dados _____

Por outro lado, apesar de os modelos indicarem que há significância estatística que relacionam e diferenciam os desempenhos entre prefeitos reeleitos e aqueles em primeiro mandato, é possível notar que as médias indicadas no gráfico 2 são próximas entre os dois grupos, ou seja, a diferença de desempenho entre prefeitos reeleitos e prefeitos em primeiro mandato, é relativamente pequena, situando-se na casa centesimal, indicando pouca diferença entre eles. Por outro lado, pode-se sugerir que há outros elementos que afetam o desempenho dos prefeitos, limitando bastante as diferenças entre os gestores locais e quase igualando os desempenhos entre prefeitos em primeiro mandato e reeleitos. Isto é sugerido pelo fato das curvas dos dois grupos seguirem a mesma tendência ao longo do período analisado. Além disso, dentro da classificação do sistema Firjan, ambos os grupos situam-se na categoria de “gestão em dificuldades” que envolve resultados neste indicador entre 0,4 e 0,6 (FIRJAN, 2018).

Esperavam-se, entretanto, pelo menos duas situações diferentes. Em primeiro lugar, que a diferença entre as médias dos dois grupos fosse maior e, em segundo lugar, que houvesse tendências diferentes nas curvas, já que os prefeitos reeleitos teriam estratégias diversas, para minimizar efeitos de outras variáveis não analisadas neste trabalho, tais como a inflação, taxas de desemprego, escassez de mão de obra qualificada, secas nas regiões produtoras de grãos, entre outras. Entretanto, a trajetória das curvas é semelhante para eleitos e reeleitos, o que pode indicar que o discurso sobre reeleição foi mais uma estratégia discutida pela Teoria da Escolha Pública, tentando, racionalmente, obter a vantagem, ao ser reeleito do que efetivamente gerar benefícios sociais (Cruz, 2002; Pereira, 1997; Jiménez, 2008)

Assim sendo, considerando essa concepção, seria possível pensar que de fato os argumentos utilizados pelos idealizadores da emenda da reeleição, não se materializaram de forma consistente. Sobre tal questão, a Teoria da Escolha Pública poderia dar a compreensão da dinâmica da política, ou seja, ações em direção ao atendimento mais de interesses próprios do que do atendimento das demandas sociais (Buchanan, 1975; Downs, 1957; Cherrier & Fleury, 2017; Tullock, 1996).

No caso da relação entre desempenho dos municípios nos anos da eleição e posterior à ela, os dados do modelo 2, indicaram que, de fato, os políticos, intencionalmente, conseguem agir no sentido de demonstrar mais eficiência como meio de convencer o eleitor da sua competência gerencial, o que lhe credencia para um novo mandato. Tais achados confirmam a compreensão de Nakaguma e Bender (2006), que sugerem que as eleições estimulam os políticos a demonstrarem competência, conforme ressaltam os modelos de ciclos políticos sob a visão da Teoria da Escolha Pública.

Nestes resultados, a manipulação das decisões discutidas por Buchanan (1975), Downs (1957), Cherrier e Fleury (2017) parece mais evidente ainda. Revendo os resultados ano após anos, conforme apresentados no gráfico 1, nota-se, sistematicamente, que nos anos de eleições (2006, 2008, 2010, 2012, 2014), o IFGF é maior do que o IFGF no ano seguinte à eleição. Uma análise mais detida do gráfico, permite verificar que, especialmente para as eleições municipais de 2008 e 2012, a quedas nos anos seguintes à eleição, são bem mais significativas.

Aqui, a expectativa era confirmar a hipótese dos Ciclos Políticos e da Teoria da Escolha Pública, que presumem que políticos agem como em qualquer área de atividade humana, motivados, principalmente, pelo auto interesse, ou seja, as ações são motivadas por interesses individuais, buscando permanecer no poder (Buchanan, 1975; Maneguín & Bugarin, 2001). Isso reforça o argumento da Teoria da Escolha Pública de que políticos interessados na manutenção do poder promovem benefícios à população visando à reeleição ou eleição de outro político de mesmo grupo ideológico. Nakaguma e Bender (2006) afirmam que isto acontece especialmente no primeiro mandato, quando o gestor realiza ações objetivando a sua reeleição, baseando-se fortemente na premissa da Teoria da Escolha Pública, de que o indivíduo tende a

comportamentos que maximizem seus resultados.

Os achados deste estudo podem também servir para refletir sobre outros trabalhos anteriores que investigaram a relação entre reeleição e desempenho dos gestores. Mendes e Rocha (2004) buscaram identificar quais fatores têm influência sobre o sucesso ou insucesso do prefeito, na tentativa de obter um novo mandato no Brasil, em 2000, concluindo que as chances de reeleição estão intimamente associadas à expansão da despesa municipal. Por outro lado, Meneguín e Bugarin (2001) concluíram que o prefeito, na expectativa de ser reeleito, apresenta comportamento fiscal mais responsável.

Os resultados aqui apresentados, por sua vez, corroboram com a perspectiva da Teoria da Escolha Pública, especialmente no que se refere à concepção dos Ciclos Políticos. Se a expectativa da reeleição parece indicar uma melhora expressiva da eficiência e no ano posterior ao ciclo, há uma queda importante desse indicador, sugerindo que o comportamento “profissional” no ano anterior atrela-se mais à sua busca pela perpetuação do poder, do que à busca de melhoria na gestão, com benefícios para a sociedade. Logo, esta pesquisa diverge dos achados de Meneguín e Bugarin (2001) e Meneguín, Bugarin e Carvalho (2005), ao defender que a eficiência verificada no período anterior à eleição não revela comportamento responsável do gestor, mas sim, um comportamento oportunista de bucar um novo mandato. Tanto é assim, que no ano seguinte, os dados mostram piora no indicador de eficiência. Neste sentido, reforça-se a Teoria dos Ciclos Políticos de que políticos interessados em obtenção de novo mandato atuam para apresentar aos eleitores um resultado que os “iluda” e faça com que os eleitores tornem a votar neles (Nakaguma & Bender, 2006; Meneguín & Bugarin, 2001).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou avaliar a influência da reeleição sobre indicadores de eficiência municipal, medida pelo índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF). Para atender tal objetivo, foi realizada uma análise quantitativa, com a utilização de regressão de dados em painel, além da construção de dois modelos estatísticos baseados nos pressupostos da Teoria da Escolha Pública. Um deles visava analisar a relação entre prefeitos reeleitos e sua eficiência, enquanto o outro avaliou a eficiência no período anterior e posterior às eleições.

Constatou-se que a eficiência retratada pelo IFGF é afetada pela gestão de prefeitos reeleitos, o que corrobora com o argumento político da reeleição, indicando que, prefeitos eleitos apresentam índices de eficiência maiores do que seus pares em primeiro mandato. Isto poderia contestar a ideia de que o interesse da reeleição era apenas um argumento para manutenção de poder, o que também poderia contestar o pressuposto da Teoria da Escolha Pública, de que os políticos apenas estão interessados na manutenção do poder.

Por outro lado, uma reflexão que pode ser levantada, emerge da comparação das curvas das médias dos IFGF dos grupos de municípios, com prefeitos reeleitos e de primeiro mandato. Como estas curvas são muito próximas, isto pode indicar pouca diferença entre a eficiência dos prefeitos reeleitos e daqueles em primeiro mandato. Em segundo lugar, as trajetórias das duas curvas mostram-se muito similares entre si. Tal achado, Isto pode apontar que, de fato, a eficiência dos dois grupos é muito semelhante, e que ambos parecem sofrer influências outras, que não permitem que diferenças significativas entre si, sejam mais relevantes. Neste caso, ao contrário do argumento político, a Teoria da Escolha Pública poderia ganhar espaço para contestar os argumentos políticos de que a reeleição seria benéfica aos cidadãos.

Os resultados também mostraram que os ciclos eleitorais também afetam, significativamente, o indicador de eficiência, o que denota que gestores preocupados em manter o poder, promovem um efeito positivo de gestão, gerando a expectativa de maiores benefícios aos eleitores e com isso, serem reeleitos. Entretanto, no período seguinte, já não teriam a mesma eficiência o que reforçaria tanto os pressupostos da Teoria da Escolha Pública, quanto da Teoria

dos Ciclos Políticos, de que políticos atuam sempre objetivando otimizar e maximizar os resultados eleitorais, em busca de mais votos.

Como contribuição principal deste estudo, é possível contestar, em parte, os argumentos políticos sobre os benefícios da reeleição, uma vez que as diferenças entre os grupos são relativamente pequenas, as trajetórias das curvas do IFGF são semelhantes e as médias dos IFGF, também, são muito próximas. Isso indica que os resultados da gestão não sustentam os argumentos utilizados à época para a sua implementação, nem tampouco na atualidade de que gestores reeleitos são mais importantes para a sociedade do que aqueles em primeiro mandato. Entretanto, é possível entender que a melhoria deste processo depende muito da capacidade de compreensão da sociedade, uma vez que os políticos buscam sempre atender aos próprios interesses.

A principal limitação do trabalho refere-se ao fato de não considerar outras variáveis externas que podem afetar os indicadores de desempenho dos municípios tais como taxas de desemprego, inflação, falta de chuvas em regiões produtoras de grãos, entre outras. Ademais, sugere-se a continuidade de estudos no sentido de ampliar o controle sobre a gestão pública, com o aumento da governança pública, onde outros atores podem atuar no planejamento e controle da gestão minimizando atuações interesseiras dos gestores públicos municipais.

REFERÊNCIAS

- Alston, L. J., Melo, M. A., & Muller, B. (1998). Why Countries Transition? The Case of Brazil, 1964–2016. *Atlantic Economic Journal*, 44(2), 197–224.
- Barreto, L. (1998). Reeleição & continuísmo: aspectos históricos, doutrinários, políticos e jurídicos da Emenda Constitucional nº 16. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Berwig, A., & Jalil, L. G. (2007). O princípio constitucional da eficiência na Administração Pública. *Âmbito Jurídico*, X(48), online
- Brambor, T., & Ceneviva, R. (2012). Reeleição e Continuismo nos Municípios Brasileiros. *Novos Estudos Cebrap*, 93, 9-21
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado.
- Brasil. (1997). Emenda Constitucional nº 16, publicada em 04 de junho de 1997. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.
- Brasil.. Senado Federal. Quadro comparativo da Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2015. Câmara dos Deputados.
- Buchanan, J. M. (1986). The Constitution of Economic Policy. *The American Economic Review*, 77(3), 243-250
- Buchanan, J. (1993). *Custo e Escolha. Uma indagação em teoria econômica*. São Paulo: Instituto Liberal /Editora Inconfidentes.
- Buchanan, J., Tullock, G. (1962). *The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy*. Political science. Michigan: Ann arbor paperback.
- Buchanan, J.M. (1975). *The limits of liberty. Between anarchy and Leviathan*. Chicago

/London, The University of Chicago Press.

- Castelli, A., & Santos, E. (2004). Mensurando a criação de valor na gestão pública. *Rev. Adm. Pública*, 38(3), 423-449
- Cavalcante, P. (2016). Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Rev. Adm. Pública*, 50(2), 307-330.
- Cherrier, B., & Fleury, J. B. (2017). Economists' Interest in Collective Decision after World War II: a history. *Public choice*. 72(2), 23-44.
- Cnm (2018). CNM. Fonte: Portal CNM: <http://portal.cnm.org.br/sites/5700/5770/Estudomostrearrecordenoporcentualdete.pdf>
- Coelho, F. S., Crozatti, J., & Silva, V. C. (2015). Para onde vai o dinheiro público? Casos de discrepância entre receita corrente per capita e desenvolvimento municipal no Brasil. Relatório síntese da pesquisa da EACH-USP.
- Cruz, A. A. B. R. (2011). Teoria da escolha pública - Uma visão geral de seus elementos sobre a ótica de Gordon Tullock em sua obra 'Government Failure'. *Revista Virtu@I*, 9, 1.
- Dias, F. T. (2017). Nascituro e a análise da teoria concepcionista no Direito Civil brasileiro. *Conteudo Juridico*, Brasilia-DF: Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2017
- Dias, M. A. (2017). James Buchanan e a “Política” na escolha pública, 2009. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/14047/10349>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- Downs, A. (1999). *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo EdUSP.
- Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper.
- Faria, F. P., Jannuzi, P. M., & Silva, S. J. (2008). Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, 42(1), 155-177.
- Firjan (2017). Sistema FIRJAN. Fonte: Sistema FIRJAN: <http://www.firjan.com.br/ifgf/> FIRJAN. (12 de 01 de 2018). Sistema FIRJAN. Fonte: Sistema FIRJAN: <http://www.firjan.com.br/ifgf/> Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/ifgf/2015/index.html#9/z>. Acessado em: 12 fev. 2018.
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481.
- Gonçalves, M. D. A. P. (2012). A Gestão Pública sob o novo paradigma da eficiência. *Conteudo Juridico*, Brasilia-DF: 23. Disponível em:<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.36535&seo=1>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

- Hamilton, A. (1993). Artigo LXXII. In: Madison, J., Hamilton, A., Jay, J. Os artigos federalistas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 452-457.
- Hill, R. C., Judge, G. G., & Griffiths, W. (1999). *Econometria*. São Paulo: Saraiva.
- Hsiao, C. (1986). *Analysis of panel data*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hungaro, L. A. (2017). Uma aproximação entre a teoria da public choice e as políticas públicas: o processo decisório de políticas representa efetivamente a vontade popular? In: D'ornellas, M. C. G., & Silva, R. L. N. (Org.). *Direitos sociais e políticas públicas III*. 1ed. Florianópolis: CONPEDI, 2017, vol. 1, 56-71.
- Jimenez, M. L. (2008). Efectividad de los procedimientos de participación ciudadana establecidos por la Ley 152 de 1994 en la discusión de los planes de desarrollo: un análisis desde la teoría de la elección pública. *Contexto — Revista de Derecho y Economía*, 29, 93-123.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36.
- Klein, F. A. (2010). Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Rev. Adm. Pública*, 44(2), 283-337.
- Lindebeck, A. (1976). Stabilization Policies in Open Economies with Endogenous. *The American Economic Review*, 66(2), 1-19
- Mcrae, D. (1977). A political model of the business cycle. *Journal of Political Economy*, 85, 239-263.
- Meirelles, H. L. (2007). *Direito administrativo brasileiro*. 33. ed. São Paulo: Malheiros
- Mendes, M., & Rocha, C. A. (2004). A. O que reelege um prefeito? Consultoria Legislativa do Senado Federal. *Textos para Discussão*, n. 7.
- Meneguín, F. B., Bugarin, M. S., & Carvalho, A. X. (2005). O que leva um governante à reeleição? Texto para discussão, nº 1135. IPEA.
- Meneguín, F. B., Bugarin, M. S. (2001). Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Revista de Economia Aplicada*, 5(3), 601-622.
- Motta, P. R. M. (2013). O Estado da Arte da Gestão Pública. *Revista de Administração de Empresas*, 53(1), 88-90
- Muller, B., & Pereira, C. (2002). Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre executivo e legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. *Dados*, 45(2), 265-301.
- Nakaguma, M., & Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002). *Economia Aplicada*, 10(3), 377-397.

- Nordhaus, W. (1975). The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190.
- Pascarelli Filho, M. (2011). A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança. São Paulo: DVS Editora.
- Pereira, P. T. (1997). A Teoria da Escolha Pública (Public Choice): uma abordagem neoliberal? In: *Análise Social*, vol. XXXII (141), 419-432.
- Sakurai, S., & Gremaud, A. P. (2007). Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). *Estudos Econômicos*, 11(1), 27-54.
- Silva, F. F., & Braga, M. J. (2013). Determinantes da reeleição municipal da Bahia para o período de 2000 a 2008. *Planejamento e Políticas Públicas - PPP*, 40, 257-276.
- Silva, J. A. (2007). Comentário contextual à Constituição. 4. ed. São Paulo: Malheiros.
- Silva, M. F. G. (1996). Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas de escolha pública - I. *Revista de Administração de Empresas*, 36(3), 32-41.
- Souza, A. P. (2011). Eficiência na alocação dos recursos públicos na educação dos municípios mineiros, 2011. 140f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- TSE. (2018). Tribunal Superior Eleitoral. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/eleicoes-2016-mulheres-representam-mais-de-30-dos-candidatos>
- Souza, P. F. B., Lima, A. O., Nascimento, C. P. S., Peter, M. G. A., Machado, V. V. M., & Gomes, A.O. (2013). Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. *Revista evidenciação contábil & finanças*, 1 (1), 58-70.
- Tullock, G. (1996). "Corruption Theory and Practice". *Contemporary Economic Policy*, 24, 6-13.
- Tullock, G., Seldon, A., & Brady, G. L. (2005). Falhas de governo: uma introdução à Teoria da Escolha Pública. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- Videira, R. & Mattos, E. (2011). Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. *Revista Economia Aplicada*, 15(2), 259-286.